

ATA DA 061ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Ciro Roza - Dado Cherem - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dieter Janssen - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Plínio de Castro - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Defende a duplicação da BR-470.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Manifesta-se a respeito do cultivo da uva.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Posiciona-se a respeito da Educação.

Partidos Políticos

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Defende o cursinho pré-vestibular da UFSC.

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI - Cumprimenta o município de Nova Veneza pela Festa da Gastronomia.

DEPUTADO MAURO DE NADAL - Reporta-se ao Hospital Regional Teresinha Gaio Basso.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Reporta-se ao edital lançado da chamada pública da Ater - Assistência Técnica e Extensão Rural.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, sras. parlamentares, srs. parlamentares, cumprimento a todos que nos acompanham pelo plenário e pela Rádio Alesc, pela TVAL em suas residências, cumprimentando também toda comunidade do estado de Santa Catarina.

Quero fazer um registro e parabenizar o nosso jornalista e escritor Moacir Pereira que ontem esteve no município de Blumenau fazendo o lançamento de um livro de autoria do advogado César Pasold.

Um livro que mostra não a biografia de Moacir Pereira, mas que mostra a questão de ele escrever, o seu jeito de produzir as matérias, o seu estilo jornalístico e mostra realmente que ele é, sem dúvida alguma, o jornalista mais completo deste país. É o único jornalista, srs. parlamentares, que consegue ao mesmo tempo unir seis tipos de mídia no seu trabalho diário, desde a questão da escrita de livros, a produção de artigos jornalísticos, até a questão da mídia eletrônica, de como trabalhar com o *twitter* ou com o *blog*.

Moacir Pereira é um jornalista completo, e o trabalho feito e lançado ontem, no município de Blumenau, pelo jurista César Pasold, mostra realmente a capacidade e a forma de trabalho desse grande jornalista.

Então, quero aqui parabenizar o autor pelo belíssimo livro que mostra realmente a trajetória

do referido jornalista e mostra, de forma científica, a evolução da sua escrita e a importância do seu trabalho não somente para a história de Santa Catarina como para o engrandecimento da imprensa brasileira.

Por isso, além de parabenizar o professor e advogado César Pasold, quero aqui também parabenizar o nosso querido amigo Moacir Pereira por sua trajetória, por seu desempenho como jornalista. E aqui quero aproveitar e repetir uma frase dita ontem - a deputada Ana Paula Lima estava presente naquele momento comigo e com o prefeito João Paulo Kleinübing -, em que o autor do livro, professor César Pasold, disse que tinha um sonho, o qual falou para Moacir Pereira. E esse grande sonho é de que daqui a 20 anos, 30 anos, 40 anos as crianças, os jovens, as pessoas que estiveram estudando jornalismo ou quiserem ter alguma referência sobre o jornalismo catarinense e a imprensa nacional possam ir até a biblioteca e dizer que têm que consultar o livro que fala da vida, dos artigos, do trabalho de Moacir Pereira.

Este é o grande sonho, deputado Ismael dos Santos, v.exa. que também é autor de vários livros, com certeza é o sonho de qualquer autor, ou seja, ser reconhecido no futuro pela sua obra literária, como referência de consulta, uma referência sobre determinado assunto. E esse é o sonho também do professor César Pasold, que no futuro quando os jovens quiserem fazer uma consulta sobre Moacir Pereira, sobre o jornalismo catarinense, consultem essa obra magnífica, muito bem elaborada, que fala de um grande catarinense, de um grande jornalista, de um grande cientista político, de um grande escritor e, acima de tudo, de um grande pai de família, um grande ser humano chamado Moacir Pereira.

Por isso, parabéns ao Moacir e ao professor. Tomara que mais pessoas sigam esse exemplo para que possamos ter mais obras como essa para o bem dos catarinenses.

Quero aproveitar a oportunidade para dizer que infelizmente aconteceu novamente, e agora são 1.333 mortes na BR-470, desde o ano 2000, pois

mais um jovem de 21 anos faleceu esta semana, depois de um acidente que envolveu seis veículos. E quero falar novamente que acredito nas palavras e na promessa da presidente Dilma Rousseff, mas não posso deixar de registrar esse acidente na BR-470. É lamentável, pois desde 2000 são 1.333 mortes, pessoas que perderam sua vida por causa de um acidente na BR-470.

É lamentável e quero dizer que acredito e espero que a presidente Dilma Rousseff possa fazer com que todos os órgãos envolvidos, o ministério dos Transportes, o Ibama, consigam ajudar a presidente a cumprir a sua promessa.

Ela veio para Blumenau, fez a promessa que iria duplicar a BR-470, esteve recentemente no sul do estado, estabeleceu um novo cronograma e quero dizer que ficarei muito feliz em poder vir a esta tribuna agradecer à presidente pela obra, porque assim pelo menos não teremos mais 1.333 mortos em cerca de dez ou 13 anos.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Jean Kuhlmann, talvez eu, v.exa. e a deputada Ana Paula Lima sejamos os deputados desta Casa mais cobrados em relação à BR-470, porque, de fato, ela perpassa por todo o território de Blumenau, não apenas pela questão dos trágicos números daquela BR, mas pela questão econômica, porque temos enfatizado aqui que 40% da economia catarinense passa pela BR-470. São quatro mil *containers* por dia que passam por uma BR que foi projetada para receber dez mil veículos, mas por onde transitam 35 mil/dia. Quer dizer, é realmente impossível e impensável não pensar na duplicação da BR-470.

Eu e v.exa., deputado Jean Kuhlmann, estivemos em Brasília na semana passada e ouvimos a declaração tácita do ministro dos Transportes assumindo o compromisso com o Lote n. 4, de Gaspar a Indaial, para no mês de setembro ser licitado e iniciar as obras até o final do ano, no máximo até janeiro de 2013.

Fico feliz, deputado Jean Kuhlmann, porque o deputado federal Décio Lima esta semana foi aos meios de comunicação e assumiu um papel quase de gerente da obra, dizendo que vai acompanhar passo a passo, ele que está perto da ministra Ideli Salvatti e próximo ao poder. Sendo assim, iremos cobrar dele esse gerenciamento da duplicação da BR-470.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Agradeço o aparte, deputado Ismael dos Santos, e gostaria de dizer que todos somos cobrados, mas faço também uma referência aos deputados federais.

Penso que tanto o deputado Décio Lima, que tem mais proximidade com o PT, com a presidente Dilma Rousseff, quanto o deputado João Pizzolatti vêm fazendo um trabalho de cobrança. E nós parlamentares temos a obrigação de fazer essa cobrança em nome da população do vale do Itajaí, em nome da população catarinense. Tenho certeza de que nós, cinco parlamentares representantes do vale, que acreditamos na promessa da presidente Dilma Rousseff, temos que fazer o papel de cobrança e espero que possamos acompanhar de perto essa obra que não é para um partido político, para um deputado, mas é uma obra que serve a todos aqueles que transitam e que precisam da BR-470 que é, sem dúvida alguma, a obra, hoje, estrutural, com a conclusão da BR-101, mais importante no estado de Santa Catarina. Esperamos realmente que os técnicos do Ibama e do ministério dos Transportes possam auxiliar a presidente Dilma Rousseff a realizar essa obra que é tão falada, tão prometida e que todos os deputados, tanto estaduais quanto federais, vêm lutando e cobrando incansavelmente.

Quero também, aproveitando o restante do tempo que tenho, parabenizar a nossa Universidade Regional de Blumenau, a Furb, o Comitê da Bacia do Vale do Itajaí, por realizar um Fórum de Prevenção de Desastres Naturais que está discutindo as questões dos desastres naturais, levando técnicos para o vale do Itajaí, para que esse assunto seja realmente resolvido, porque se fala muito sobre a implantação e a modernização do sistema de

monitoramento e também do sistema de alerta do vale de Itajaí. São os dois assuntos hoje mais discutidos do seminário.

Mas quero parabenizar a Furb, o Comitê da Bacia, os municípios que estão participando desse fórum, porque é somente através dessa discussão em conjunto, de ação coletiva, juntamente com o governo do estado e a Defesa Civil, com o estado fazendo a sua parte, com o governo federal ajudando com recursos, que vamos conseguir fazer alguma ação concreta.

Sobre a questão do trabalho de prevenção de desastres naturais, de enchentes, essas ações não podem ser feitas apenas por uma cidade, mas de forma conjunta por toda a bacia hidrográfica, pelos mais de 50 municípios que envolvem a bacia. Por isso, esse tipo de atitude, esse tipo de seminário, tem que ser valorizado e deve ter também o encaminhamento prático do papel de cada agente público, de cada prefeitura, de cada envolvido no processo, seja ele mais político ou mais técnico, mas cada um tem que terminar o seminário sabendo qual é o seu papel no processo.

Quero parabenizar todos os envolvidos nessa luta e colocar esta Casa à disposição do fórum para que possamos continuar dialogando em conjunto e cobrando as ações do governo do estado e do governo federal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Baldissera, por até dez minutos.

O Sr. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sra. presidente, deputados e deputadas, quero aproveitar este espaço para mais uma vez aqui trazer presente e comentar a importância daquilo que está acontecendo no dia de hoje na Assembleia Legislativa, que foi motivo também no período da manhã de uma rápida reflexão, pontuando alguns aspectos que envolvem a cadeia produtiva da uva.

Hoje, mais de 30 vinícolas estão fazendo a exposição na Assembleia Legislativa dos diferentes vinhos e outros produtos derivados da uva, por

exemplo, o suco de uva. Nós sabemos que hoje, em Santa Catarina, temos mais de 4.000 famílias que trabalham com a vitivinicultura. Portanto, é uma parcela da nossa sociedade, dos nossos trabalhadores e trabalhadoras da roça, que cultiva essa cultura e que para muitas dessas famílias se torna a maior rentabilidade. É uma parcela significativa que tem como a sua principal atividade a vitivinicultura.

Santa Catarina, hoje, está num patamar em nível nacional como o segundo maior estado produtor de vinhos. Produzindo aqui aproximadamente, dados da nossa Epagri, em torno de 22 milhões de litros de vinho anualmente. É também o quarto maior produtor de uvas, em torno de 67 milhões de toneladas. Portanto, além de ocupar esse espaço no cenário nacional, traduz-se como uma das grandes atividades desenvolvidas pela nossa agricultura.

Nesta manhã o representante que ajuda na coordenação da IIª Amostra dos Vinhos Produzidos em Santa Catarina frisava da tribuna de que pelo quinto ano consecutivo o vinho catarinense ocupou o papel de destaque na Feira Mundial de Vinhos, realizada em São Paulo.

Portanto, aqui também se produz vinho de qualidade. E precisamos dar essa visibilidade, essa publicidade no estado e em nosso país.

Temos cinco regiões do nosso estado que cultivam e que trabalham com a cadeia da vitivinicultura. Temos a nossa região oeste, temos a região do vale do Rio do Peixe, temos o sul do estado, temos a região de Nova Trento e temos a região da serra, no planalto serrano. Portanto, as cinco grandes regiões do nosso estado produzem vinho de extrema qualidade.

Claro, como já havíamos comentado, enfrentamos um excesso no que diz respeito à tributação desse produto. E com isso a sobra para aqueles que produzem se torna basicamente insignificante e muitas vezes há dificuldade em competir nas questões de preço com outros vinhos vindos principalmente de outros países.

Então, temos que repensar a questão da carga tributária, como o próprio ICMS, PIS, Confins. É preciso avançar nesse debate para chegarmos a um entendimento para estabelecer algum tipo de incentivo, para que haja através dele um processo de melhor renda para as famílias que vivem desse produto e que têm nele sua principal atividade.

Só comparando, uma arma de fogo é tributada em torno de 65%, enquanto que o nosso vinho é tributado basicamente em 63%. Fazendo essa comparação, percebemos que realmente não se trata a coisa como um elemento importante que gera renda, movimenta a economia e em muitos lugares reconhecido como alimento.

Portanto, é preciso que se tenha outro olhar nesse aspecto. Esperamos que haja um avanço nesse sentido, aqui, no nosso estado de Santa Catarina, ao mesmo tempo fazendo com que através disso toda a cadeia possa efetivamente ter os seus ganhos. É preciso que haja algumas formas de incentivo a esse nosso povo, a essas famílias que trabalham com toda a cadeia.

Deixo aqui o meu convite para que hoje, às 19h, os parlamentares também possam apreciar e fazerem-se presentes no hall da Assembleia Legislativa.

Muito obrigado, presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - A próxima oradora inscrita é a sra. deputada Luciane Carminatti, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar a presidente, deputada Ana Paula Lima, os deputados aqui presentes, a deputada Angela Albino e todos que acompanham esta sessão.

Em primeiro lugar, gostaria de fazer o registro da sessão solene que aconteceu no dia de ontem, muito representativa, que contou com a participação dos conselheiros, secretários, lideranças educacionais, em homenagem aos 50 anos do Conselho Estadual de Educação, conselho este que é fundamental para a democratização da educação no estado, sua regulamentação, sua

normatização, e também responsável por todo o processo que deverá se desencadear com relação à implantação do Plano Estadual de Educação, que deve começar nos próximos meses.

Também faço o registro das inúmeras atividades que estamos fazendo, a bancada feminina desta Casa, por conta do debate da Lei Maria da Penha. A deputada Ana Paula Lima coordena a nossa Bancada Feminina. E já realizamos várias audiências, começando com a CPMI em Santa Catarina, especialmente em Florianópolis.

Em uma nota, no dia de hoje, num jornal de circulação estadual, manifesta-se que a CPMI convocou o secretário da Saúde, Dalmo de Oliveira, e o secretário da Segurança, César Grubba, e que não compareceram na audiência pública realizada, aqui no estado, quando convidados.

Quero, deputada Ana Paula Lima e deputada Angela Albino, lamentar esse fato, porque é muito feio para o Brasil um estado que tem tantas riquezas, tantas conquistas, tratar as mulheres dessa forma.

Ninguém do governo do estado se fez representar, respeitando o poder que é uma CPMI, Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por senadores e deputados federais que estiveram neste estado para justamente discutir e ouvir a sociedade com relação ao tema da violência doméstica.

É lamentável que agora essas autoridades tenham que ir a Brasília, incluindo a convocação ao governador de Santa Catarina. Poderíamos ter evitado isso, se tivéssemos levado mais a sério e implementado as ações que compõem o pacto nacional de enfrentamento à violência doméstica, como também participado dessa audiência.

Quero fazer um registro, nesse tempo de sete minutos que me cabe, com relação ao anúncio que foi feito, no dia de ontem, pela imprensa estadual, com relação às obras nas rodovias de Santa Catarina. E quero trazer isso porque somente eu, como deputada, encaminhei ao secretário da Infraestrutura uma solicitação de 32 obras a serem viabilizadas nas rodovias catarinenses.

Quais foram as fontes de indicação dessas obras? As audiências realizadas pelo Fórum das Rodovias que presidimos, assim como a manifestação dos prefeitos e das lideranças regionais.

Então me parece que o anúncio de R\$ 678 milhões, com 70% financiados pelo BID, 30% com recursos do estado de Santa Catarina, sendo que das 32 obras, quase que todas no grande oeste, temos apenas duas contempladas.

Quero fazer aqui o registro de obras fundamentais como a BR-480, que liga Chapecó a Gouern, a 468, que liga São Lourenço, Formosa, Quilombo e Coronel Freitas, o trecho da 153, de Concórdia, Seara, Chapecó, a própria 283 que tem uma movimentação enorme na nossa região e é uma das rodovias que mais causa mortes por saída de pista, segundo a própria Polícia Rodoviária Estadual, e também não foi incluída no anúncio dessas obras, enfim, poderia citar ainda o trecho de Abelardo Luz/Passos Maia, de São Domingos ao Paraná, que faria a ligação desses dois estados, também o trecho de Romelândia a São Miguel da Boa Vista, Timbó, Ponte Alta, Curitibaanos, Monte Carlo, Fraiburgo, Jaborá.

Penso que o governo do estado está agindo de forma lenta, uma vez que teremos ainda o lançamento do edital dessa obra agora, se tudo correr bem. Se for como manda a Lei n. 8.666, onde cada empresa pode também, nesse processo, entrar com recurso, até as máquinas começarem a trabalhar, inclusive, tendo um período complicado neste ano que é o eleitoral, eu imagino que, no início do ano que vem, essas obras comecem, se tudo andar bem. Então, aí teremos praticamente um ano de governo, porque no outro é a eleição. Isso que apenas estou tratando das obras anunciadas aqui com os R\$ 678 milhões. E essas outras inúmeras obras pelo estado todo serão anunciadas quando?

Quero entrar em outro debate que é o que está sendo feito com os R\$ 3 bilhões de compensação do ICMS. Quem irá decidir sobre esses R\$ 3 bilhões? Que regiões serão beneficiadas? Se hoje a comissão de Finanças e Tributação começa a realizar, no mês

de junho, três audiências para discutir os R\$ 60 milhões da estiagem, a pergunta é: onde serão discutidos os R\$ 3 bilhões de compensação do ICMS? Quem definirá: um deputado, um partido, os prefeitos terão direito de escolher quais obras são necessárias, as associações de municípios, os conselhos de Desenvolvimento Regional? Enfim, a quem cabe decidir sobre os R\$3 bilhões, que é dinheiro dos catarinenses? E eu espero que o governo escute também as proposições advindas dos deputados.

Nesse sentido quero manifestar já a minha posição: se para discutir o investimento de R\$ 60 milhões de prevenção à estiagem estaremos fazendo três audiências, eu quero fazer uma proposição.

Quero propor, e vou fazer essa proposição para esta Casa, deputada presidenta Ana Paula Lima, chamar uma audiência com o governo do estado e com as diferentes representações para discutir a aplicação dos R\$ 3 bilhões de compensação do ICMS. Se podemos discutir 60 milhões, por que não dá para discutir R\$ 3 bilhões que são os recursos advindos da compensação do ICMS?

Nós queremos o mesmo processo! Queremos discutir como é que as regiões serão contempladas nessa compensação. Espero muito que as regiões esquecidas pelo orçamento e pela mão do estado sejam lembradas. Para se ter uma idéia, das 36 SDRs deste estado, há três SDRs que levam 23% do orçamento de R\$ 800 milhões destinados às SDRs. Se três SDRs levam 20%, qual é o critério utilizado para que essas três SDRs tenham uma fatia razoável do orçamento?

Não quero aqui fazer um debate contra uma região e outra, mas precisamos, como parlamentar, discutir critérios mais técnicos, mais justos, sem que uma região seja ignorada ou esquecida em detrimento da outra.

Para concluir, quero fazer essa manifestação e gostaria muito que os colegas deputados acolhessem o pedido que faremos à comissão de Finanças e Tributação para realizar uma audiência pública para discutir para onde vão os três bilhões dos catarinenses na compensação do ICMS do estado.

Obrigada.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Obrigada, deputada.

Srs. deputados e sras. deputadas, não havendo mais oradores inscritos, e temos dez minutos antes do horário destinado aos Partidos Políticos, esta Presidência acolhendo o requerimento da sra. deputada Angela Albino, conforme Ato da Mesa n. 227, de 14 de junho de 2011, que regulamentou o art. 109 do Regimento Interno, pede a suspensão desta sessão durante dez minutos, no horário de Explicação Pessoal, para a manifestação da jovem Bianca Inocente, diretora da Ubes, e também do sr. Jocelito Roberto Corrêa, que representa a comissão de pais e alunos, que lutam pela manutenção do curso pré-vestibular público e gratuito, para falarem sobre esse e outros assuntos relativos à educação.

Está suspensa a sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, como a comissão de Educação foi citada nas falas e uma vez que o presidente da mesma não está presente, gostaria de cumprimentar como membro da comissão os representantes do movimento e dizer que tivemos a oportunidade de conversar com o secretário da Educação. Houve de fato um ruído de comunicação entre a secretaria estadual e a própria universidade federal.

A questão do convênio, para que os catarinenses saibam, é de R\$ 3 milhões, sendo R\$ 1,8 para o pagamento de professores. Mas há o compromisso por parte do secretário de estado de que o convênio será mantido e com possibilidade de ser ampliado. E essa será a luta também da comissão de Educação desta Casa.

Muito obrigado!

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sra. presidente, ontem, uma comissão de pais e alunos conversou com o presidente da comissão, deputado Carlos Chiodini. Aliás, a comissão de Educação até agora não se tinha manifestado sobre esse assunto, como não se manifestou na greve dos professores. E a questão agora não é mais se vai ter ou não cursinho, porque já houve o compromisso do líder do governo de reativar o cursinho, embora a primeira fala do governo fosse dizer que tinha cancelado o cursinho, mas que bom que reviu sua posição. A questão agora é quando? Porque o vestibular da UFSC não vai esperar por eles. Eles têm uma data para começar a estudar. Essa data de inscrição era em abril, já venceu, não se abriu nem as inscrições ainda. O que se pede agora, e é o pedido dessas crianças, dos professores, desses adolescentes que estão aqui e dos pais, é que seja o mais rápido possível a retomada desse cursinho, para que eles de fato possam ser competitivos no vestibular da UFSC.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputada!

Muito obrigada aos estudantes que estão aqui presentes, neste plenário.

Agradeço a presença do senhor Jocelito Rocha Corrêa e também da estudante Bianca, que se manifestaram na tarde de hoje.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sra. presidente, em parte já antecipei a minha manifestação e acredito que foi feito progresso.

Quero parabenizar os pais, as mães, os professores, mas muito especialmente os alunos que

se organizaram de forma praticamente espontânea e têm vindo bater na Assembleia todos os dias, embora não seja uma decisão legislativa. Mas certamente os parlamentares que estão aqui, especialmente aqueles que integram a base do governo, serão sensíveis a essa voz que vem de cada um dos manifestantes que têm vindo à Assembleia Legislativa.

O cursinho pré-vestibular da UFSC, e temos ouvido esses números todos os dias, é um feito extraordinário do povo catarinense, uma conquista do povo catarinense, e o governo do estado decidiu participar desse projeto desde 2007, 2008.

É interessante ver isso, porque temos tido notícia, e para isso as redes sociais são ferramentas extraordinárias, que no interior do estado, por exemplo, e são correções que vão precisar ser feitas, temos ao todo, no estado inteiro, 29 que estão na disputa muitas vezes até de barganha política. Muitas vezes até o prefeito faz a seleção de uma forma menos republicana possível.

Temos a convicção de que esse é o momento, inclusive, de repensar de como se acessa esses cursinhos. E digo que me dá estranhamento porque agora a discussão virou orçamento.

Ora, R\$ 3 milhões num estado que arrecada R\$ 1 bilhão por mês é brincadeira dizer que a discussão é orçamentária.

Nós sabemos que não é orçamentária e várias vezes temos ocupado a tribuna aqui, eu e outros parlamentares, para dizer dos custos, vamos dizer de novo, das secretarias de desenvolvimento regional, dos custos - e é uma matemática importantíssima para nosso debate -, por exemplo, de R\$ 6 milhões sem licitação para fazer material sobre *bullying*, que é importante, claro que é, mas dentro desse cenário quem diz que R\$ 6 milhões são importantes para o *bullying* não pratique o *bullying* de nos dizer que R\$ 3 milhões é muito para manter o cursinho em 29 núcleos diferentes.

E é tão óbvio isso que é difícil entender afinal qual o problema que está acontecendo. Eu acredito que o avanço que se construiu até aqui é

fruto inclusive da maturação do bom senso. E vamos recuperar a realidade dos fatos.

Estávamos dizendo e ouvindo nas ruas que o governo tinha cancelado o cursinho e passou mais de semanas que ninguém disse o contrário. Mas de repente alguém acordou, e que bom que isso aconteceu, mas não vamos fazer de conta que nunca houve essa ruptura. Houve essa ruptura. E que bom! E tenho repetido muito aqui que foi a mobilização que mudou isso, porque nos traz sempre a lembrança de que elas que historicamente tiraram a humanidade do fosso profundo da escuridão de muitos tempos.

Houve um tempo em que as mulheres tinham um papel de subserviência. Era normal e foi a luta das mulheres que transformou e continua a transformar tudo porque ainda vivemos em condição de desigualdade. Também houve um tempo em que os trabalhadores tinham jornada de 16 horas, 18 horas por dia. E foi a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras que transformou isso.

Portanto, essas lutas são importantes. E é importante que possamos encontrar eco no governo. Até volto a dizer que hoje tinha me programado para usar a tribuna para fazer o debate sobre a greve de ônibus aqui de Florianópolis. Mas teremos outros espaços para fazer isso. E em respeito aos que vieram aqui debater o cursinho, ainda que com a greve de ônibus, retomamos esse debate, para dizer que o grande vilão desse processo é o tempo.

Não se pode esperar o prazo que é ordinário dos debates das coisas de governo, que mandam um ofício e 15 dias depois vem a resposta, o protocolo e aí chama. Esses jovens não têm esse tempo. Então, é preciso que especialmente os integrantes da base do governo o sensibilizem, pois o dinheiro está no orçamento, está disponível.

E quero falar para o pai que ocupou a tribuna que não é preciso fazer emenda orçamentária, porque ele já está no orçamento, estava em andamento esse cursinho. O que precisa agora é a determinação política de imediatamente retomar as atividades do cursinho pré-vestibular da

Universidade Federal de Santa Catarina em todos os seus núcleos.

Muito obrigada!

(Manifestações das galerias)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo horário pertence ao PSDB.

Com a palavra o deputado Dóia Guglielmi, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI - Com muita alegria cumprimento a presidente desta sessão, nossa colega deputada Ana Paula Lima, agradecendo essa grande oportunidade, porque não é rotina desta Casa abrir precedentes.

Gostaria também de cumprimentar todos os colegas deputados e deputadas.

Estamos trazendo do sul do estado, do município de Nova Veneza, a rainha e princesas que no dia 02 de junho representarão a abertura da Festa da Gastronomia.

Por que essas meninas estão aqui fantasiadas? Porque também no dia 15, 16, 17 terá um carnaval de Veneza. Esse carnaval já se está tornando historicamente uma divulgação nacional.

Eu acho que v.exas. tiveram a oportunidade de ouvir e presenciar no programa *Fantástico* uma matéria interessantíssima sobre esse grande carnaval que é o baile de máscaras no município de Nova Veneza. E não foi diferente também quando a rede Globo transmitiu no programa da Ana Maria Braga um programa inteiro buscando a história do município de Nova Veneza.

Foram três dias naquele município trazendo não apenas a gastronomia, mas esse grande baile que é apresentado para a sociedade do estado de Santa Catarina. É importante, deputada Ana Paula Lima, v.exa., como presidente, dizer que os hotéis da nossa região, Criciúma, estão todos lotados para essa grande festa em Santa Catarina e no Brasil.

Por isso estamos agradecendo essa oportunidade. E convidamos todos os srs. deputados para essa festa.

Nós que somos do sul do estado, deputado Manoel Mota, representamos e acolheremos cada um de v.exas. que participarem.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI - Concedo-lhe o aparte, porque sei que v.exa. está agoniado, louco, para conversar um pouquinho. Fique à vontade.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Cumprimento e dou boas-vindas a todos do município de Nova Veneza que estão aqui, às rainhas e às representantes, que só de olharmos dá para imaginar como será a festa do carnaval e a festa da gastronomia.

Nossa região é o sul de Santa Catarina e queremos dizer o quanto é importante mantermos nossa tradição, nossa história, nossa cultura.

Cumprimento v.exa. e parabênzo as meninas por essa apresentação e todo aquele povo do município de Nova Veneza, que é um povo amigo, um povo ordeiro. Com a participação de todos, com certeza, estaremos presentes comemorando essa grande festa.

Parabéns, deputado! Vá em frente!

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI - Obrigado, deputado Manoel Mota, pelas suas considerações.

Mas quero dizer que não está acontecendo apenas em Nova Veneza como também no *hall* desta Casa uma apresentação do vinho da região de Urussanga, que realizará a Festa do Vinho, no dia 6 de junho.

Então, isso para nós é uma alegria. E é com satisfação que estamos trazendo o que há de melhor da nossa região, para que o Parlamento catarinense possa ter conhecimento do nosso vinho e possa prestigiar o sul do estado, que tem não apenas uma sociedade ordeira, trabalhadora, como também seus momentos de lazer, apresentando para a sociedade catarinense uma festa muito linda e maravilhosa.

Muito obrigado mais uma vez por esta oportunidade que v.exa. está dando, lembrando que deixo dez minutos disponíveis para o nobre colega, para que possa dar sequência ao seu pronunciamento.

Muito obrigado de coração e agradeço a todos vocês que se dispuseram a sair de Nova Veneza e vir para cá fazer essa apresentação aos nossos colegas deputados.

Muito obrigado e estão todos convidados para a grande festa.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Dóia Gluglielmi.

Muito obrigada a todos que vieram à Assembleia Legislativa fazer a divulgação dessa festa tão importante para o estado de Santa Catarina e para o município de Nova Veneza.

Sejam todos muito bem-vindos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Mauro de Nadal, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sra. presidente, sra. deputada, srs. deputados, enviamos, na semana passada, um requerimento ao secretário de estado da Saúde, extensivo ao secretário de estado de Desenvolvimento Regional de São Miguel d'Oeste, pedindo para que fosse implantado no Hospital Regional Teresinha Gaio Basso os procedimentos de radioterapia e quimioterapia.

Esse hospital foi inaugurado no final do ano de 2010 e tem proporcionado muita comodidade às pessoas que vivem no extremo oeste do estado de Santa Catarina, porque elas puderem encontrar tratamento de qualidade em um centro de saúde mais próximo do seu município, mais próximo da sua residência, principalmente um hospital dessa natureza que trata de especialidades. E v.exa., deputado Dado Cherem, tem sido o grande maestro desse investimento no extremo oeste de nosso estado.

São vários municípios que estão no entorno de São Miguel d'Oeste, e o hospital regional, na verdade, vem beneficiar todos esses municípios e as pessoas que lá vivem. Alguns tratamentos, algumas especialidades encontramos hoje em

Chapecó, distante de São Miguel d'Oeste, aproximadamente, 130km a 150Km. E se compararmos Dionísio Cerqueira, que utiliza também esse centro de atendimento em Chapecó, a distância aumenta um pouco mais. Mas os nossos pacientes têm encontrado, então, em Chapecó os tratamentos necessários. E quando o município não consegue atender a toda a demanda ou algumas especialidades eles acabam migrando para o litoral de Santa Catarina.

A nossa preocupação é que a quimioterapia e a radioterapia realizadas em Chapecó hoje já estão com sua lotação basicamente completa, com algumas dificuldades até para agendamento de alguns pacientes. Somente de São Miguel d'Oeste, que é um município que tem aproximadamente 36 mil pessoas, são 1.300 pacientes que estão fazendo tratamento em Chapecó com quimioterapia e radioterapia. Então, vocês imaginem o paciente que tem que se deslocar por toda essa distância para encontrar esse tratamento. Sabendo que leva no mínimo uma hora e meia para se deslocar até Chapecó, mais uma hora e meia para voltar, sendo que o tratamento da quimioterapia dura em torno de uma hora ou duas horas de aplicação.

Quando é o caso da radioterapia, para diminuir o custo e o sofrimento do paciente, muitas vezes ele acaba ficando lá em Chapecó mesmo, hospedando-se em alguma casa de apoio, com algum parente ou amigo, durante uma semana, para fazer todo o encaminhamento e o tratamento.

Então percebemos que além de todo o sofrimento, além de todo o estresse no qual o paciente se envolve na busca de uma expectativa de vida, na busca da melhora, ele ainda precisa se submeter a essas distâncias, a esse sofrimento. Feliz daquele que tem recurso para ir para um hotel e custear as suas despesas de alimentação durante o dia.

Dessa forma, levando essa oportunidade ao nosso hospital regional de São Miguel d'Oeste, estaremos levando oportunidade às pessoas mais necessitadas da região do extremo oeste de Santa Catarina. E, surpreendentemente, os índices

oncológicos daquela região são algo que assusta os administradores municipais, principalmente os profissionais que estão tratando todos esses pacientes.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Deputado Mauro de Nadal, hoje Santa Catarina está fazendo um investimento muito forte na área da Saúde, comprando equipamentos para melhorar os serviços oferecidos nos hospitais e acabar com a grande circulação de ambulâncias pelo estado, mas temos que marcar uma audiência com o secretário Dalmo Claro e com representantes do governo, porque é importante que os hospitais regionais atendam a todos os pacientes encaminhados pelo SUS, porque hoje apenas estão sendo atendidos pacientes particulares, ou seja, aquele que contribui para fortalecer o hospital não está sendo atendido.

Então, precisamos inverter esse processo até para dar melhores condições àquele hospital; de outra forma, o médico fica impossibilitado de atender à população. Também precisamos encontrar caminhos para que os pequenos hospitais possam sobreviver, pois é importante, é fundamental o papel que eles fazem.

Gostaria de cumprimentar v.exa. e colocar-me ao seu inteiro dispor, porque esse tema é importante.

Obrigado!

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Obrigado, deputado Manoel Mota, incorporo o seu pronunciamento ao meu.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Quero parabenizar v.exa., deputado Mauro de Nadal, por esse trabalho, principalmente com os pequenos hospitais de Santa Catarina. O governo tem investido na Saúde no oeste de Santa Catarina, inclusive com a abertura de uma UTI em Maravilha, o que é um avanço e uma conquista.

Em São Miguel d'Oeste há um projeto de ampliação do número de leitos; inclusive houve uma família que enfrentou, durante esta semana, complicações com um parto prematuro, e todos viram a importância da UTI pré-natal no hospital de Xanxerê, porque graças àquele atendimento conseguiram salvar a criança.

Mas essa questão da quimioterapia, da radioterapia, é uma iniciativa importante o governo ter investido lá em torno de R\$ 2 milhões por mês para melhorar a questão da Saúde na região. Mas com essa radiografia que v.exa. conseguiu dos pequenos hospitais, das dificuldades que eles têm, sabemos que tudo isso vai ajudar, e muito, a secretaria da Saúde, o governo do estado, a melhorar o atendimento à população.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark. Na verdade a nossa solicitação já vem com um suporte, vem com o mesmo apelo das câmaras municipais, dos municípios vizinhos de São Miguel d'Oeste, por ser uma necessidade regional a implantação da quimioterapia e da radioterapia.

E junto ao governo do estado, deputado Manoel Mota, estamos construindo um projeto que nos próximos dias será apresentado pelo secretário Dalmo de Oliveira, que tem por objetivo fazer a contrapartida do governo do estado para a manutenção nos hospitais nos pequenos municípios. Existe a sensibilidade por parte do secretário de Saúde do estado e por parte do nosso governador Raimundo Colombo.

Então, basta que consigamos programar frente aos recursos que o estado dispõe, implementar uma política de estado que vá ao encontro também das necessidades, da manutenção, do custeio desses hospitais.

Sabemos que o custeio dos hospitais não é obrigação do governo do estado. O custeio dos hospitais na verdade deveria caminhar com as próprias pernas. Mas percebemos que todas as atribuições que foram transferidas do SUS para a obrigatoriedade de execução nos hospitais trazem

consigo uma carga onerosa muito alta, que está fazendo com que os nossos hospitais não consigam respirar, muito menos fazer novos investimentos para a melhoria do atendimento das pessoas que vivem não só em Santa Catarina, mas em todo o nosso país.

Quero também comemorar, nobres deputados, a ação efetiva do nosso governo do estado de Santa Catarina na secretaria de Infraestrutura. Durante todo o ano passado o governo catarinense trabalhou na idéia de tentar disseminar da forma de trabalho do governo catarinense aquelas prioridades falsas. E em cima de todo o levantamento do ano passado, hoje o governo do estado consegue já apresentar a comunidade catarinense algumas alternativas que vão melhorar a infraestrutura de todas as rodovias do nosso estado de Santa Catarina. É claro que não foram todas, ontem, apresentadas pelo governo catarinense. Mas algumas já são comemoradas, principalmente para os oestinos.

Estivemos anteontem no município de São Lourenço do Oeste, onde o governador Raimundo Colombo, o vice-governador Eduardo Pinho Moreira, o secretário de Infraestrutura Valdir Cobalchini e também Paulo Meller, juntamente com parlamentares do estado de Santa Catarina, anunciaram a recuperação da SC-480, que liga São Lourenço do Oeste a São Domingos. Quarenta e sete quilômetros serão totalmente revitalizados, com melhorias de acostamento, com maior infraestrutura na pista de rolamento, com a confecção de alguns trevos, para dar mais segurança às pessoas, no valor aproximado R\$ 45 milhões investidos na obra de pavimentação da SC-161, que vai ligar Romelândia a Anchieta. Essa é uma obra reivindicada há 30 anos pelas comunidades tanto de Anchieta quanto de Romelândia.

Eu me lembro ainda quando era tudo estrada de chão. E ainda me lembro bem quando, ouvindo *A voz do Brasil*, uma parlamentar que não era catarinense fez a seguinte manifestação quando estavam reivindicando o acesso asfaltado da BR-282 até o município de Romelândia: "É muito mais barato para o governo levarmos o município de Romelândia até a

BR-282 do que fazer asfalto até Romelândia". Mas graças à sensibilidade dos governantes catarinenses conseguimos ligar através do acesso asfaltado a BR-282 a Romelândia. E agora num passo muito ousado, após mais de 30 anos de reivindicação, anunciar a licitação que vai asfaltar aproximadamente 20,5 quilômetros, ligando Romelândia a Anchieta.

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - Obrigado, deputado Mauro de Nadal.

Eu tenho que parabenizá-lo pelas colocações no sentido das rodovias no oeste de Santa Catarina. Fico feliz que este governo tenha iniciado um trabalho de obras que estão paralisados há 30 anos, e são várias no oeste de Santa Catarina, em especial de Anchieta a Romelândia, uma obra muito reivindicada pela comunidade. Temos outras também no oeste que tenho certeza de que este governo vai atender, exemplo disso é a que liga Cordilheira Alta a Chapecó, que está em situação de risco. Essa obra também está iniciada há 30 anos. Mas tenho certeza de que o governo está atendendo pelo caminho certo. Quem ganha com isso é o setor produtivo do oeste de Santa Catarina e toda a população.

Obrigado deputado pelo aparte.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Além dessas duas importantes obras anunciadas pelo governo do estado de Santa Catarina, também foram anunciadas na regional de Joaçaba a pavimentação da SC-467, que vai ligar Jaborá a Ouro, com 36,6 quilômetros e R\$ 62 milhões sendo disponibilizados, a recuperação da SC-355, que liga Jaborá a BR-153, com 22,8 quilômetros e aproximadamente R\$ 30 milhões de investimentos.

O governador foi muito feliz quando fez a sua manifestação colocando que os investimentos não param por aí. Nós teremos nos próximos dias mais anúncios por parte da secretaria de Infraestrutura, que vão resolver definitivamente pleitos que estamos aqui reivindicando desde o

começo do ano passado do governo de Santa Catarina. Dentre eles cito a recuperação da SC-469, a recuperação da SC-468, que liga São Lourenço do Oeste até Chapecó, a recuperação da SC-473, que liga São Lourenço do Oeste, Campo Erê, Anchieta, também a SC-283, que liga Chapecó a Mondai.

Então, são investimentos dessa natureza que representam na verdade a seriedade do governo e a preocupação com as rodovias importantes do nosso estado de Santa Catarina.

Quando estivemos em Romelândia anunciando o projeto de execução da ligação asfáltica da SC-161, o povo via a nossa manifestação sem crédito. E ontem podemos perceber que a população percebeu que o governo está tratando com muita seriedade as obras prioritárias do estado de Santa Catarina.

A preocupação primeira do governo Luiz Henrique foi levar acesso asfaltado aos municípios que ainda não tinham esses acessos. Quase concluída toda essa etapa, agora o governo já apresenta processos de recuperação, processos de novas rodovias ligando municípios a municípios, encurtando distâncias entre os municípios e dando possibilidade para que essa grande região produtiva do estado catarinense possa escoar sua produção, mas acima de tudo dar segurança ao turista e às nossas crianças que utilizam essas rodovias para diariamente se deslocar aos educandários do estado catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sra. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, aqueles que aqui estão, estudantes, fui procurado pela Associação dos Delegados de Polícia, preocupada com um projeto que tramita nesta Casa, pois aqui temos os deputados que fazem parte da comissão de

Constituição e Justiça. Esse é um projeto que busca alterar a Lei n. 13.120, de 9 de novembro de 2004.

Essa lei, em cumprimento ao que estabelece a Constituição Federal no seu art. 100, § 3º, estabelece ou define o limite de salários mínimos para as obrigações de pequeno valor, que são as verbas em que a Fazenda é condenada, em que o estado e os municípios são condenados e que tiveram algumas alterações introduzidas por emendas, como a Emenda Constitucional n. 30, de 13 de setembro de 2000 e n. 37 de 12 de junho de 2002. E a preocupação é que hoje os valores, se alguém tem a receber do estado ou do município, há uma decisão transitada em julgado que o estado teria que incluir em precatório esses valores, deputado Ismael dos Santos. Sendo inferiores a 40 salários mínimos podem ser pagos mediante um requerimento do interessado à Procuradoria-Geral do Estado, e o estado tem até 60 dias para fazer esse pagamento.

A grande maioria das demandas de pequeno valor contra o estado são questões de hora extra, de adicionais, e a maior parte são direitos de servidores públicos.

Esse projeto que agora tramita na nossa Casa Legislativa procura reduzir esse valor para dez salários mínimos. Então, muitos servidores que estão na iminência, que tem os seus direitos que poderiam ser recebidos através de um requerimento, num prazo de até 60 dias junto à Procuradoria-Geral do Estado, vão ter este valor reduzido para no máximo dez salários mínimos.

Sei que a comissão de Constituição e Justiça vai analisar. E tem que haver uma conversação com o secretário da Fazenda, com o Procurador-Geral do Estado e até com o sr. governador Raimundo Colombo, no sentido de facilitar o recebimento por parte dos servidores dessas pequenas ações contra o estado.

Claro que muitas vezes, pelo volume de ações existentes, causa alguma preocupação à secretaria da Fazenda, ao erário do estado. Mas não podemos fazer essa redução brusca, determinar lei passando

de 40 salários mínimos para dez salários mínimos. Isto, sim, traz um prejuízo muito grande àqueles que já têm um direito garantido judicialmente, deputado Mauro de Nadal, na perspectiva de receber pela via administrativa e agora ter que entrar em precatório.

Precatório entra na fila; até o precatório alimentar, hoje, já tem uma ordem, um cronograma de recebimento. Então, com certeza, traria grandes prejuízos aos servidores públicos, autores das maiores demandas. Claro que existem várias ações em que particulares intentam contra o estado, contra os municípios. Até há uma discussão sobre isso.

Eu estava analisando o conteúdo dessa lei, porque a Constituição Federal diz que a lei estabelecerá esse limite. Se a lei estabelecerá, teria que ser uma lei federal, porque uma lei federal poderia legislar para estados e municípios e não poderia então, segundo o entendimento de alguns juristas, essa decisão ficar com os estados e municípios.

A nossa preocupação é por todos aqueles que têm, por uma razão ou outra, direitos a receber do estado e dos municípios, que a burocracia não venha a emperrar, demorando ainda mais para que esses direitos sejam recebidos.

Também aproveito o horário do nosso partido, agradecendo ao deputado Ismael dos Santos, para falar, desta tribuna, e já registrei antes, sobre a minha preocupação com o número de baixas de policiais civis - 766 nos últimos cinco anos.

Foram realizados alguns grandes concursos, mas nós precisamos manter esse nível, precisamos ter a academia sempre funcionando.

O governador Raimundo Colombo convocou, há poucos dias, mais 155 aprovados dos últimos concursos. Temos, segundo esses números, 512 novos policiais civis na Academia de Polícia, um reforço significativo para a segurança, que demonstra a preocupação que o governo tem com essa questão.

Somente para registrar e até para me despedir de valorosos colegas da Polícia Civil, recebi três e-mails comunicando o pedido de exoneração de

profissionais dessa instituição, porque passaram em outros concursos. São profissionais gabaritados que passaram no concurso da Polícia Civil e diante da possibilidade de outras carreiras, também da área da segurança, fizeram novos concursos. Cito os nomes: Rogério Bomvechio que trabalha em Balneário Camboriú como escrivão da Polícia Civil e que passou para o cargo de perito criminal do estado; Gustavo Calliari Bonsembiante que deixa a Polícia Civil para ingressar na Polícia Rodoviária Federal e o Rodrigo Basílio que deixa o 2º DP de Blumenau para ser agora oficial do Corpo de Bombeiros Militar. São profissionais capacitados que desempenhavam grandes funções, alguns já saíram, na Polícia Civil e que estão saindo da instituição. Estive por 30 anos na segurança pública e sei do trabalho que é feito.

Junto a isso vimos a movimentação do governo instalando câmeras, fazendo esses concursos para a reposição e os próprios Consegs, Conselhos de Segurança, pedindo reforços em todos os municípios.

A nossa Polícia tem demonstrado muita competência, como no caso da engenheira que foi sequestrada em Florianópolis, que foi acompanhado pelas redes sociais quase que ao vivo, sendo até perigosa essa exposição de alguns familiares divulgando a situação dos saques, onde estavam ocorrendo. Mas há eficiência na Polícia, pois no momento em que ela foi liberada já se sabia com quem estava, onde estava, apenas aguardaram a liberação para em seguida realizar a prisão do sequestrador.

Tive a oportunidade de acompanhar um caso, juntamente com os delegados, alguns anos atrás, no município de Itapema, quando houve um sequestro e, através das informações da família, o levantamento dos suspeitos foi feito, houve um monitoramento, aguardaram a liberação do sequestrado, e o líder dos sequestradores foi preso no trevo de Cascavel, com todo o dinheiro do resgate ainda dentro do veículo. Ação que somente foi desencadeada depois que o sequestrado já estava em segurança.

Então, a Polícia tem demonstrado competência, tem condições, tem equipamentos e tem uma excelente Academia de Polícia Civil, que acredito ser a melhor de nosso país, que realiza um grande trabalho para nosso estado e para o Brasil.

A nossa preocupação é de manter esse quadro, que é também do governador Raimundo Colombo, da secretaria da Segurança, da delegacia-geral e da nossa própria Academia de Polícia.

Srs. deputados, quero fazer o registro da presença do Fernando de L'Agnolo, do sr. Ourídes, do Liceski, meu compatriota polonês, lá do município de Major Gercino, e do João Davi, que estão nesta Casa. O nosso muito obrigado pela presença.

Sabemos que sempre estão pleiteando pela comunidade. O meu abraço a toda população de Major Gercino, onde tivemos a oportunidade, junto com o deputado federal Mauro Mariani, de estar lá na última semana.

Obrigado pela acolhida e sejam muito bem-vindos a esta Casa Legislativa.

Obrigada, sra. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o eminente deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. presidente desta sessão, deputada Ana Paula Lima, estimados catarinenses, gostaria de abordar dois assuntos nesta tarde. E já fizemos isso na semana passada quando aqui estiveram os estudantes. Também quero me solidarizar com os pais, com os estudantes, com as pessoas que estão nesta Assembleia lutando pela manutenção do cursinho pré-vestibular da UFSC.

Acho que é importante realmente essa manifestação, e a presença de vocês reforça isso. Espero efetivamente que o governo possa rever a decisão, como já preliminarmente fui informado

aqui, para manter, deputado Ismael dos Santos, esse apoio importante ao cursinho pré-vestibular.

É importante a presença de vocês. Voltem sempre que puderem, de preferência que não tenham outras questões a serem resolvidas, mas se houver, venham aqui porque esta é a Casa do Povo.

Claro, também como sugestão, de repente, um dia desses, fazer uma manifestação em frente ao palácio do governo seria importante porque lá é que está a caneta definitiva, mas sejam sempre bem-vindos nesta Assembleia.

Queria, sr. presidente, destacar que o ministério do Desenvolvimento Agrário está com edital já lançado de chamada pública da Ater - Assistência Técnica e Extensão Rural - que vai beneficiar dez mil jovens rurais.

Portanto, o MDA está divulgando esses editais para serem selecionadas entidades para executar serviços de assistência técnica e extensão rural para jovens dos municípios de diversos estados, dentre eles Santa Catarina.

Quero dizer que há alguns dias fui convidado para participar num desses encontros de avaliação da Ater realizado na região do Contestado, feito em Catanduva, SC, e lá vi mais vez a importância desse trabalho e dessa parceria.

Quero destacar aqui a fala do secretário da Agricultura Familiar, Laudemir Müller, do MDA, que diz: "As entidades prestarão serviços de Ater com o objetivo de fomentar projetos de geração de renda e acesso às políticas públicas, entre elas o Pronaf Jovem, como estratégia para a sucessão do jovem na propriedade familiar, para o projeto de vida no campo e, por consequência, para o fortalecimento da agricultura familiar."

Essa chamada no valor de R\$ 14,5 milhões prevê, conforme o edital divulgado, a contratação de serviços continuados e selecionados por contrato, conforme determina a Lei de Ater n. 12.188, de janeiro de 2010, lei essa que instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, que estabeleceu as bases para o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Em todas as atividades dos

técnicos está prevista a atenção especial para o público jovem principalmente o feminino.

Então, quero destacar esse edital porque temos falado tanto de fortalecimento, de agricultura, da agricultura familiar. Essa é uma ação importante da chamada Ater, Assistência Técnica e Extensão Rural.

Estão presentes aqui os jovens lutando pelo cursinho pré-vestibular, que sabem o quanto é importante a luta pela busca dos seus ideais. Imaginem os jovens rurais que têm menos condições ainda de acesso às informações, para que efetivamente possam atingir os seus sonhos e os seus ideais. E através desse programa de entidades beneficiadas é possível que tenhamos um alento para a agricultura familiar brasileira.

O segundo assunto que gostaria de abordar dessa tribuna diz respeito inclusive a um projeto de lei que deu entrada nesta Casa a respeito da questão de telefonia. Para que tenham uma ideia, temos hoje, segundo a Agência Nacional de Telecomunicações, 7,9 milhões de telefones móveis no estado. Apenas 1,6 milhão são habilitados em planos de conta e cerca de seis milhões dos telefones celulares em Santa Catarina são pré-pagos. E essa habilitação enfrenta também alguns obstáculos, porque as empresas estabelecem as suas regras, que nem sempre são as melhores para o consumidor, inclusive impondo o limite de tempo para a utilização dos créditos ativados.

Nós estamos entrando com um projeto de lei proibindo a imposição de limites de tempo para a utilização de créditos ativados de telefones celulares pré-pagos. E justificamos inclusive a nossa iniciativa dizendo que o objetivo é estabelecer regras de proteção ao consumidor no que se refere à aquisição e utilização de créditos pré-pagos da telefonia celular móvel, de modo a tornar efetivos os princípios e normas contidas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

Espero que essa iniciativa possa ter o apoio dos demais pares desta Casa, para que possamos aprovar esse projeto que, além de oportuno e conveniente, está em perfeita sintonia com o

interesse público e com o que deseja a sociedade catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Obrigada, deputado!

Esta Presidência solicita a suspensão desta sessão atendendo a um requerimento assinado por todos os líderes desta Casa, para que o diretor do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, uma vez que hoje é o dia nacional de mobilização pelo piso dos jornalistas profissionais, faça uso da palavra por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0136/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0165/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0554/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0049/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que destina recursos para a promoção institucional ao combate ao uso de *crack* e outros elementos toxicológicos que causam dependência.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0255/2011, de autoria do deputado Darci de Matos, que institui a Campanha Permanente de Esclarecimento e Prevenção do Contágio de Hepatite dos tipos B e C, voltada aos profissionais de salão de beleza e estabelecimentos congêneres, no âmbito do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0347/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que determina que em todos os brinquedos e demais atrações existentes em parques de diversões, no âmbito do estado de Santa Catarina, sejam mantidas placas informativas, com dados referentes à manutenção, vistoria técnica e eventuais riscos na utilização, e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0262/2012, de autoria do deputado Daniel Tozzo; 0263/2012, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0264/2012, de autoria do deputado Darci de Matos; 0265/2012, de autoria do deputado Plínio de Castro; 0266/2012, 0267/2012, 0268/2012, de autoria do deputado Dieter Janssen, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunica, ainda, que defere de plano os seguintes Requerimentos n.s: 0546/2012, 0547/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0548/2012, 0549/2012, 0550/2012, 0551/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0552/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0553/2012, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0555/2012, 0557/2012, 0558/2012, 0559/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, 0556/2012, de autoria do deputado Manoel Mota.

Comunico que as mensagens de veto estão retiradas de pauta.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Resolução n. 0006/2012, de autoria da Mesa, que altera a Resolução n° 002, de 2006, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal, o Plano de Carreira, os cargos, as classes de cargos, as funções de confiança e as atribuições dos servidores da Assembleia Legislativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Informamos aos srs. deputados que ingressaram, nesta Casa, as Mensagens n.s: 0595 e 0594, do sr. governador do estado.

(Passa a ler.)

"Mensagem n. 594

Excelentíssimo senhor presidente, sras. e srs. deputados da Assembleia Legislativa do estado

Nos termos do art. 49, inc. II, da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de v.exas., acompanhada de exposição de motivos da Procuradoria-Geral do estado, a proposta de emenda constitucional que 'modifica os arts. 57, 59, 104 e 124 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Florianópolis, 30 de maio de 2012.

João Raimundo Colombo, governador do estado."

"Mensagem n. 595

Excelentíssimo senhor presidente, sras. e srs. deputados da Assembleia Legislativa do estado

Nos termos do art. 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de v.exas., acompanhada de exposição de motivos da Procuradoria-Geral do estado, o projeto de lei complementar que 'Cria a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, dispõe sobre sua organização e funcionamento e estabelece outras providências.'

Devido à relevância e premência da matéria, solicito aos nobres srs. deputados, amparado no art. 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do presente projeto de lei complementar nessa augusta Casa Legislativa.

Florianópolis, 30 de maio de 2012

João Raimundo Colombo, governador do estado."

A partir de hoje começa a tramitar efetivamente na Casa. Passo ao secretário para que dê os encaminhamentos.

Está encerrada a presente sessão e convocada outra, extraordinária, às 16h03, para a votação da redação final dos projetos aprovados.

Está encerrada a presente sessão.